



UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES

Planejamento de Gestão 2017-2019

A União Nacional dos Estudantes, em seus 80 anos de história, esteve à frente das principais lutas que travou o povo brasileiro, empunhando com a garra e destemor as bandeiras democráticas e de defesa da soberania nacional. Continuamos honrando nossa tradição marcada por sangue e lágrimas de muitas gerações. O golpe jurídico-parlamentar-midiático perpetrado contra o povo brasileiro com o impeachment da presidente Dilma Rousseff desnudou um momento político de grandes ataques contra o povo.

O processo brasileiro é alinhado a um novo ciclo internacional de avanço do neoliberalismo e do crescimento de saídas conservadoras para a crise do capitalismo. Esse processo tem efeitos ainda mais nefastos na América Latina, com a retirada dos governos populares e a tentativa de anular os avanços conquistados nos últimos anos.

No Brasil, já completamos mais de um ano de golpe em que um governo ilegítimo tem implementado um programa neoliberal de forte arrocho, retirada de direitos e entrega do nosso patrimônio. Essas medidas assumidas pelo governo de Michel Temer não passaram pelo crivo popular, tendo em vista o alto índice de rejeição ao governo e às suas propostas, sobretudo as Reformas Trabalhista, Previdenciária e as terceirizações.

A Emenda Constitucional 95 (antiga PEC 55) é outra medida que ataca diretamente os direitos da juventude quando impõe um teto para investimentos sociais, especialmente, a educação, inviabilizando até mesmo as metas do PNE, como a que propõe a destinação de 10% do PIB para o setor. A ameaça ao caráter gratuito das universidades públicas com os projetos que tramitam no Congresso, propondo pagamento de mensalidades por estudantes e o contingenciamento ou corte de verba na maioria das universidades, são medidas que representam um grande risco à nossa defesa da universidade pública enquanto alicerce vital de um projeto nacional de desenvolvimento, tendo em vista que reforça sua imagem enquanto mera prestadora de serviços.

A entrega do patrimônio brasileiro aos interesses do Imperialismo coloca em xeque a soberania do país. As elites ameaçam desmontar o setor energético do país com a privatização de empresas como a Petrobrás, Eletrobrás, a CEMIG e a Eletronorte. Eles caminham a passos largos para vender o nosso patrimônio com um projeto de privatizações porque essa é a agenda que financiou o golpe. A UNE reafirma que o nosso patrimônio é inegociável!

A crise política e econômica faz o desemprego aumentar no Brasil, chegando a um patamar de mais de 26 milhões de brasileiros desempregados ou em situação de subemprego, afetando, principalmente, a juventude. O projeto de redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, combatido com afincos pelas entidades estudantis no começo de 2015, está de volta no Senado. O conservadorismo colocou no centro do debate social do Brasil a redução da maioridade penal, apresentando como alternativa para a juventude o encarceramento, em especial, a juventude negra,

que é vítima cotidianamente de uma política de extermínio institucionalizada pelos autos de resistência.

O desenvolvimento da plataforma do governo de Michel Temer abriu as portas para a expressão de um conservadorismo radical e obscurantista, que avança brutalmente sobre os direitos sobretudo das mulheres, da juventude negra e LGBT, atacando a laicidade do Estado e impondo uma agenda de censura e repressão exemplificada pelo projeto “Escola Sem Partido”.

Não toleraremos que, no bojo das investigações de corrupção, se ataque o Estado democrático de direito, o devido processo legal e a presunção de inocência, pilares da nossa Constituição e Democracia. O sistema político que prende Rafael Braga e mantém Aécio Neves e Michel Temer em liberdade não nos representa. Denunciaremos a busca que setores do judiciário têm se utilizado para perseguir e constranger militantes e lideranças populares e dos movimentos sociais como mais um desdobramento do golpe, que configuram casos de judicialização e criminalização do exercício da política como por exemplo o caso do ex-presidente Lula, e a detenção arbitrária do reitor da UFSC Luiz Carlos Cancellier e até mesmo de diversos estudantes que vem sendo perseguidos e processados por lutar.

São gravíssimas as manifestações do general chefe da Secretaria de Economia e Finanças do Exército Brasileiro, Hamilton Mourão e a do General Villas Bôas. Ao pregar publicamente uma intervenção das Forças Armadas sobre as instituições da República, um novo golpe militar, estes oficiais não só desrespeitam os regulamentos disciplinares, mas ferem frontalmente a Constituição e ameaçam seriamente a Democracia.

A crise não pode ser resolvida com o fim das políticas públicas e a oneração da classe trabalhadora e da juventude. Lutar por um outro modelo de política econômica - superando os ditames do neoliberalismo que desindustrializam e oneram nosso país desde o final da década de 1980 - é central para tirar o Brasil da recessão, tendo como norte da retomada de nossa economia a redução da taxa de juros, a auditoria da dívida pública e a taxação das grandes fortunas. É preciso que a UNE defenda um projeto de país a favor dos direitos do povo que reconheça a necessidade das reformas estruturais. Destacamos a importância da UNE em formular um projeto de Reforma Universitária para avançar na construção da educação pública que combata a mercantilização do ensino.

O ciclo de expansão e reestruturação das universidades federais foi importante na popularização da educação. Essa expansão gerou novas demandas e a necessidade de mais investimentos. A universidade mudou o perfil, abrindo as suas portas para uma parcela da população que historicamente foi excluída desse espaço, como os filhos e filhas da classe trabalhadora, negros e negras, indígenas e quilombolas. No entanto, problemas como a falta de bolsas socioeconômicas, moradia estudantil, passe livre estudantil, Restaurantes Universitários e de creches para mães universitárias ainda são contradições que impedem o estudante pobre de concluir o seu curso. A educação pública não é prioridade dos governos. A situação se agrava diante do contingenciamento em 15% do orçamento das universidades neste ano e a previsão para 2018 de corte é de 50% na verba de custeio e 25% de investimento. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) também vem sofrendo forte restrição orçamentária, atingindo diretamente as condições de permanência dos estudantes. Não aceitamos o contingenciamento e nem os cortes, dizemos não e exigimos a recomposição orçamentária.

O aprofundamento da crise ameaça a existência de universidades estaduais em todo o Brasil. A situação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, por exemplo, ganhou repercussão nacional e reforça a necessidade urgente de reestruturar as universidades estaduais. É preciso debater o financiamento da educação estadual e defendê-la do sucateamento. O fortalecimento do ensino público, gratuito e de qualidade perpassa pela defesa dessas universidades que cumprem papel importante no desenvolvimento social e econômico do país e dos estados.

Defender a soberania nacional é também defender a regulamentação do ensino superior privado no Brasil. Políticas educacionais como o FIES e o ProUni proporcionaram um importante acesso em massa à universidade, ao mesmo tempo que deixou a maioria das vagas do ensino superior sob cuidado dos tubarões do ensino. Esses, enxergam na educação brasileira um negócio lucrativo, e apostam muitas vezes no processo de redução de custos e precarização das instituições privadas, sem nenhuma responsabilidade com o desenvolvimento nacional e a educação brasileira. O Ensino superior privado precisa passar por uma discussão sobre seu lugar no sistema universitário brasileiro e suas condições. É urgente debatermos o endividamento da juventude e o aumento exorbitante das mensalidades.

Por fim, com o golpe, a defesa da democracia toma papel ainda mais fundamental. Propostas como as eleições indiretas, o distritão e o parlamentarismo buscam usurpar da população o direito de decidir sobre seu futuro, capturar a nossa democracia pelo poder econômico e solidificar a composição e o poder de um Congresso altamente conservador e imerso em denúncias de corrupção.

As atuais instituições apodrecidas não podem continuar como estão ditando os rumos do nosso país. Por isso, o 55º Congresso da UNE aprovou a necessidade de uma Constituinte soberana eleita sob novas regras sem financiamento empresarial, uma forma de anular as medidas dos golpistas (PEC 55, Reforma do Ensino Médio, entrega do Pré-Sal, Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência) e abrir caminho para as reformas populares como a Agrária, Política, regulamentação da mídia, demarcação de terras indígenas, reestatização do que foi privatizado e as mais profundas demandas da juventude como a desmilitarização da polícia, a retomada da expansão das universidades públicas, passe-livre estudantil, entre outras.

Contra esses ataques, precisamos fazer a defesa intransigente das eleições diretas, amplas e democráticas, livre de manobras que proíbam lideranças populares de se candidatarem. É necessário defender também os direitos conquistados e previstos em nossa Constituição de 1988, hoje atacados pelas forças reacionárias que dirigem o país. Para além disso, precisamos de um novo programa que aponte para a construção de projeto radicalmente democrático de país.

O 55º Congresso da UNE, que trouxe como tema “O Brasil se UNE com coragem e esperança”, mostrou que a unidade é imprescindível para a luta pela defesa da democracia e soberania nacional. O Movimento Estudantil demonstrou mais uma vez na história que a unidade das forças populares é possível e fundamental para tirar o país da profunda crise, retomar o crescimento econômico e derrotar as reformas impopulares. É unificando o Movimento Estudantil que iremos defender no próximo período as universidades brasileiras.

Nesse sentido, cabe lembrar que o ano de 2018 marca o aniversário de 100 anos da manifestação estudantil de Córdoba. Esse episódio alçou a Reforma Universitária à condição de uma das mais importantes bandeiras do movimento estudantil latino-americano. O regime administrativo que contemplava um método docente carregado de hierarquia e viciado de um estrito dogmatismo, mantendo a

universidade distante da ciência e dos modelos de gestão democrática fez com que os estudantes se levantassem. O Manifesto de Córdoba clamou por melhorias e uma reforma universitária e a ousadia e êxito dos estudantes daquela província segue nos inspirando até os dias atuais pela construção de uma nova universidade.

A União Nacional dos Estudantes deve, em diálogo com os mais amplos setores estudantis, articular a rede do movimento estudantil através dos DAs, CAs, DCEs, UEEs e executivas de cursos, com indicativo da construção de um Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB). Assim, será necessário organizar uma grande luta em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, com acesso democrático e políticas de assistência estudantil, garantindo uma educação de qualidade. Percorrer as universidades do país no próximo período para defender a educação gratuita e pública e o Brasil precisa ser o maior desafio da UNE.

Desse modo, a União Nacional dos Estudantes convoca à todas e todos os estudantes brasileiros para construir no próximo período uma grande campanha em defesa da universidade pública e realizar no dia 19 de outubro uma ampla mobilização do movimento estudantil brasileiro em torno do tema.

Seminário de Gestão da UNE (2017-2019)

São Paulo, 23 de setembro de 2017